**No “caminho do bem e das virtudes”: a Casa do Pequeno Jornaleiro uma benemérita instituição de assistência na cidade do Rio de Janeiro (1940-1945)**

**Introdução:**

Um dia após a inauguração da Casa do Pequeno Jornaleiro os jornais aludiam a relevância da iniciativa promovida pela primeira dama Darcy Vargas. Com a presença de personalidades ilustres da política e da sociedade carioca, a instituição foi inaugurada em 8 de setembro de 1940, com o objetivo de promover o amparo moral e material das crianças do sexo masculino que trabalhavam como vendedores de jornais. A presença de crianças trabalhando ou peregrinando pelas ruas da cidade, constituía-se como parte dos problemas que acometia a capital federal nas primeiras décadas da República. Na cidade assolada pela carestia e precárias condições de vida a infância foi, como afiança Camara (2010, p. 45) “[...] compelida à prática da mendicância, do subemprego, dos pequenos furtos e dos expedientes eventuais e incertos a fim de compor a renda familiar baixa e irregular”. As ruas da cidade constituíam-se em espaços de sobrevivência para trabalhadores nacionais e estrangeiros, mas também para as crianças que vendendo jornais, doces, frutas, entregando encomendas e engraxando botas encontravam-se expostas a todos os tipos de perigos.

De tal modo, no decurso dos anos de 1910 e 1920, estratégias de intervenção e controle foram sendo concebidos visando a proteção e a regeneração da infância. Assim, esperava-se por intermédios de ações de controle e regulação promover o crescimento físico, moral e mental, combatendo as adversidades e imprudências que corrompiam suas vidas (Camara, 2010, p. 71).

Durante o Estado Novo (1937-1945), debates em torno da presença de menores trabalhadores nas ruas assumiu centralidade, movimentando iniciativas destinadas a criar instituições de caráter público e privado no âmbito da assistência e proteção à infância. Nesse artigo objetiva-se analisar o papel assistencial e educativo da Casa do Pequeno Jornaleiro que criada na cidade do Rio de Janeiro em 1940 constituiu-se como parte das iniciativas no âmbito das políticas públicas assistencialistas mobilizada pela primeira dama Darcy Vargas (1896-1968). A investigação se centrou na análise de periódicos localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional em que objetivamos compreender como se organizou as tessituras e as redes de sociabilidades que fermentaram a constituição da instituição como parte significativa da política do Estado Novo no atendimento as crianças pobres trabalhadoras. Por intermédio da atuação de Darcy Vargas à frente de projetos e campanhas se corporificou um modelo de primeiro-damismo[[1]](#footnote-1) que assumiu forma e sentido atrelado ao caráter assistencialista do Estado brasileiro no pós 1930.

**Uma “benemérita” instituição: a Casa do Pequeno Jornaleiro**

Com a criação do Juízo Privativo de Menores na capital, em 1924, e a promulgação do Código de Menores de 1927, deu-se a implementação de um novo tratamento Jurídico às infância e ao trabalho, em especial, as atividades realizadas nas vias públicas, como as de vendedores e engraxates. Esses encontravam-se expostos aos riscos das ruas, com exaustivas jornadas de trabalho, alimentação irregular e perigo de atropelamento (Camara, 2010). Preparar o menor vendedor de jornais para a condição de se constituir em um bom e produtivo trabalhador compunha, parte da política estabelecida no Estado Novo, no sentido de promover a intervenção do Estado na construção do trabalhador de amanhã.

O período do Estado Novo (1937-1945), sob a liderança do presidente Getúlio Vargas foi, segundo Capelato (2012, p.110) marcado por mudanças que produziram “[...] um redimensionamento do conceito de democracia norteada por uma concepção particular de representação política e de cidadania”. Nesta perspectiva, Getúlio Vargas definia como meta do seu governo, “[...] superar o atraso e transformar o Brasil num país desenvolvido”, onde, “A meta do progresso indicava a ordem como parceira: neste aspecto, a racionalização do mundo do trabalho e o controle social, tido como ameaçado pelos agentes da subversão, constituíam outro pilar da política estado-novista (Capelato, 2012, p. 119). Para autora, foi neste contexto que ocorreu “a revisão do papel do Estado” e do papel do “líder” em relação às massas. Institui-se nesse interregno de tempo, a implementação de leis trabalhistas, o salário mínimo e a carteira de trabalho como também ações no âmbito das políticas assistenciais destinadas aos setores pobres da população que sofriam os impactos de uma política de arrefecimento econômico, severo arrocho salarial e crescente empobrecimento (Iamamoto; Carvalho, 1993, p. 251 *apud* Torres, 2002, p. 84).

Na cidade do Rio de Janeiro, capital federal, a presença de crianças vendedoras de jornais era uma realidade visível e preocupante. Essas crianças, oriundas de famílias pobres, enfrentavam condições de vida precárias, estando expostas aos riscos de mortalidade e de contaminação moral. A proposta de criação da Casa do Pequeno Jornaleiro, em 1940, pela primeira-dama Darcy Vargas recebeu ampla acolhida e apoio da sociedade civil[[2]](#footnote-2) e do governo, uma vez que pretendia atuar sobre a situação de desamparo em que se encontravam esses pequenos trabalhadores. Em sua organização, a Casa deveria funcionar ao mesmo tempo como um lar e uma escola para os pequenos trabalhadores. Com esta finalidade deveria recolher, amparar, alimentar e educar o menor vendedor de jornais de 12 a 18 anos de idade, facultando-lhe uma formação moral, religiosa, profissional e instrutiva, dirigindo-os no “caminho do bem e das virtudes cristãs” a fim de torná-los cidadãos úteis a si e a nação (A Noite, 09/09/1940).

Nos jornais era recorrente a publicação de notícias de apoio a iniciativa empreendida pela primeira dama, como na publicação do *O Imparcial*, dois dias após a inauguração da instituição*.* Com o título “Abrigo, alimento e instrução para os jornaleiros”, o jornal destacavaa importância do intento no que se referia a assistência social, indicando que a partir de então:

A cidade possui mais um abrigo. Aliás a ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’, não é apenas, um estabelecimento de filantropia. Constitui uma casa de instrução e de educação. Os meninos terão, além de tudo, aulas de Moral e Cívica e um curso intensivo de oficinas. E, pois a ‘Casa do Pequeno Jornaleiro’, obra de **tocante expressão** no domínio da assistência social e que se ergueu sob o patrocínio da senhora Darcy Vargas (*O Imparcial*, 10/09/1940, p. 3 – grifo nosso).

Por meio de uma ampla rede de sociabilidade e de adesão política, a primeira dama pôde angariar apoio a fim de alcançar recursos para a construção da Casa. Com a influência que granjeou, Darcy Vargas mobilizou as damas da alta sociedade carioca na promoção de iniciativas de benemerência. Nos eventos beneficentes, promovidos por Darcy, reuniam-se líderes empresariais, políticos e membros da elite em um movimento visando obter recursos em prol da instituição. Pelos jornais é possível identificar anúncios aludindo as iniciativas

Com planta dos arquitetos Jayme da Fonseca Rodrigues e Rubens Porto, a Casa foi construída em terreno localizado na região central da cidade, com instalações adequadas para o amplo atendimento dos menores. O prédio que abrigou a Casa era dotado de ambulatórios, refeitórios, consultórios médicos, completas instalações sanitárias e dois amplos dormitórios para os menores de 12 a 14 e de 14 a 18 anos. A efetivação do projeto de criação da Casa teve início a partir de esforços empreendidos entre os setores público e privado tendo em Darcy Vargas a principal impulsionadora dessa iniciativa. Através dessas ações, a Casa do Pequeno Jornaleiro foi erguida como símbolo de solidariedade e de responsabilidade social cindida entre a iniciativa pública e privada.

Quando de sua inauguração, a Casa foi presidida pelo ministro interino da Fazenda, Romero Estelita Cavalcanti Pessoa (1892-1982), sendo vice-presidente Levy Miranda. A presença de Romero Estelita, ministro da Fazenda e presidente da Fundação Darcy Vargas nos parece sugestiva tendo em vista a importância atribuída às ações assistencialistas implementadas pelo Governo Vargas durante a vigência do Estado Novo. Em 1938, com a criação da Fundação Darcy Vargas organizou-se um amplo plano de amparo as classes pobres, fomentado especialmente por intermédio de campanhas sociais a serem promovidas em todo o país. Além da Fundação, foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) com a finalidade de certificar as entidades de assistência social facultando-lhe a isenção de taxas e impostos. Sob a liderança de Darcy Vargas o trabalho assistencial envolveu o Estado e a iniciativa privada, bem como a promoção de programas de combate à pobreza associados a ideia de caridade e benevolência. No caso da capital do país, a fundação adotou um plano voltado para a criação de instituições destinadas as crianças. Entre as ações concebidas encontravam-se a criação do Patronato Agrícola da Fazenda do Pau Grande, em Vassouras, com capacidade para receber 2.000 crianças; do Instituto de Pesca da Ilha de Marambaia para os filhos dos pescadores; da Cidade das Meninas e da Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro[[3]](#footnote-3).

A partir do Decreto-Lei 3.616 de 13 de setembro de 1941 que dispunha sobre a proteção do trabalho do menor de 18 anos, ficou estabelecido que todos os menores jornaleiros seriam matriculados, compulsoriamente, na Casa do Pequeno Jornaleiro. A instituição passava, então, a responder pela educação, ensino profissional e assistência necessária a saúde do menor. Ao serem matriculadas na instituição, os menores recebiam farda e calçado, elementos que passavam a compor insígnias de distinção e de composição da representação de uma política de Estado que passava a conferir carteira de trabalho aos menores em oposição a representação do menor trabalhador maltrapilho, desnutrido e explorado que ordinariamente transitava pela cidade.

Se a proibição do trabalho do menor foi tema de digressões ao longo da primeira República, mobilizando médicos e juristas em torno dos seus efeitos nefastos ou redentores à saúde e à moral do menor, no contexto da imposição do Decreto-Lei identifica-se o intento do Estado em regulá-lo. Nessa direção, por intermédio de uma ação combinada entre o campo jurídico, representado pelo Juízo de Menores e de representantes de instituições do governo e da sociedade civil, ficou determinado que a Casa responderia pela educação e assistência dos menores (Brasil, 1940). Assim, a Casa do Pequeno Jornaleiro passou a recolher e abrigar de forma integral (internato) os menores órfãos e sem teto e de forma parcial os menores que tivessem família.

**Referência Bibliográfica**

BRASIL. Decreto-Lei 3.616 de 13 de setembro de 1941. **Diário Oficial da União** de 16/09/1941. Acesso maio de 2024.

CAMARA, Sonia. ***Sob a Guarda da República: A infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920***. Rio de Janeiro: Quartlet, 2010.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (org.). **O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

TORRES. Iraildes Caldas. ***As Primeiras-Damas e a Assistência Social – relações de gênero e poder.*** São Paulo: Cortez, 2002.

1. O primeiro-damismo instituiu-se como braço importante para o modelo de política baseada no assistencialismo implementado no pós-1930. [↑](#footnote-ref-1)
2. Darcy Vargas contou com o apoio de diferentes associações, como: a Associação Brasileira de Imprensa, o sindicato dos Jornalistas Profissionais, o sindicato dos Vendedores e Distribuidores de Jornais e Revistas e do Juízo de Menores [↑](#footnote-ref-2)
3. A partir da criação da Casa do Pequeno Jornaleiro do Rio de Janeiro, iniciativas similares foram sendo criadas pelas esposas dos interventores nos estados da federação, a exemplo de Curitiba e Belo Horizonte. [↑](#footnote-ref-3)